



Espaços culturais da cidade, como teatros e cinemas, continuarão fechados pelos próximos 15 dias

Escolas, cinemas e academias seguem fechados

Eduardo Dias*
REPORTAGEM
eduardo.sousa@redebahia.com.br

Medida da prefeitura para conter pandemia terá validade por mais 15 dias

O prefeito de Salvador ACM Neto anunciou ontem a prorrogação do decreto municipal que suspende atividades em escolas públicas, privadas e universidades, além de parques públicos e privados, espaços culturais, como teatros e cinemas, autoescolas e academias por mais 15 dias. O decreto anterior tinha validade até hoje. As medidas

impostas pela prefeitura visam conter a disseminação do novo coronavírus (Covid-19) e garantir a manutenção do isolamento social em Salvador.

ACM Neto não descartou que, após 15 dias, os decretos sejam novamente prorrogados: "Pode ser prorrogado de novo? Pode. Todas as medidas vão ser tomadas por 15 dias. Mas podem se estender por mais de 15 dias. Vamos definindo tecnicamente, de acordo com as autoridades sanitárias", disse o prefeito. "A cidade não está completamente em quarentena como outros lugares do Brasil. No entanto, nós, de maneira cirúrgica e objetiva, definimos as atividades que não podem funcionar na cidade e usamos a prerrogativa do poder público municipal para assegurar o cumprimento dessas determinações", acrescentou o gestor.

O decreto que suspendia as atividades havia sido publicado no Diário Oficial do Município no último dia 18 de março. Agora, ele passa a valer por mais 15 dias.

Outro decreto municipal, que determinou a suspensão do funcionamento de shoppings centers e centros comerciais semelhantes, clubes sociais, recreativos e esportivos, assim como a interdição das praias do Porto da Barra, Farol da Barra, Rio Vermelho, Itapuã, Piatã e Ribeira, tem validade até o próximo sábado (4) e será avaliado pela prefeitura durante a semana.

"A tendência é que nós anunciemos também a prorrogação. A nossa prioridade absoluta é com a saúde pública, com o cuidado com as pessoas. Para quem acha que o pior já passou, está enganado. O pior está por vir. Nós precisamos controlar o cres-

cimento dos casos para que não haja um colapso na rede pública de saúde", disse o prefeito, em entrevista coletiva ontem pela manhã.

COMÉRCIO DE RUA

Também no próximo sábado vence o prazo da suspensão do comércio de rua com mais de 200 metros quadrados, salvo as exceções previstas no decreto publicado no dia 28.

O prefeito reforçou a necessidade de comerciantes e empresários terem bom senso e cumprirem as medidas restritivas. "Estamos vivendo, agora, o momento de crescimento dos casos de coronavírus em Salvador. Mais do que nunca, os cidadãos precisam ter a compreensão que o momento é de ficar em casa. Não vamos aceitar nenhuma medida que traga flexibilização nas regras já determinadas pela prefeitura", disse ACM Neto.

O chefe do Executivo municipal relatou que, apesar de todo o rigor, ainda há, sobretudo nos bairros periféricos, principalmente bares, descumprimento às normas que suspendem temporariamente o funcionamento.

"Ontem (anteontem), liguei para o governador Rui Costa e pedi ajuda da Polícia Militar. Estamos ajustando essa ação casada para o cumprimento das determinações previstas. Reforcei com nossa equipe que seja fiel com que esteja no decreto, ou seja, se o estabelecimento funcionar sem estar autorizado, a pre-

“Pode ser prorrogado de novo? Pode. Todas as medidas vão ser tomadas por 15 dias. Mas podem se estender por mais de 15. Vamos definindo tecnicamente ACM Neto”

Prefeito de Salvador



MAX HAACK/SECOM

Prefeito ACM Neto reforçou, ontem, a necessidade de comerciantes e empresários cumprirem as medidas restritivas

Os pagamentos devem ser mantidos na normalidade possível, pois as instituições precisam manter o fluxo de caixa Filipe Vieira

Superintendente do Procon

feitura fará a suspensão do alvará por tempo indeterminado, até que seja superada a crise de coronavírus”, afirmou o prefeito.

ACM Neto afirmou também que tem feito reuniões com representantes de bares e restaurantes da cidade. “Eles estão de acordo e apoiam as medidas adotadas. Nossa prioridade absoluta é o cuidado com a vida das pessoas. Portanto, precisamos controlar os casos de coronavírus em Salvador, desacelerando o ritmo de crescimento do contágio para que não haja colapso da rede de saúde”, concluiu.

REDE ESTADUAL

As aulas também estão suspensas na rede estadual de ensino. Nesse caso, por um período maior: 30 dias. O decreto estadual foi assinado pelo governador Rui Costa no último dia 16 de março e entrou em vigor no dia 19, com prazo final para o dia 19 de abril.

À época, a medida havia sido tomada por Rui apenas para as três primeiras cidades que registraram casos de coronavírus na Bahia: Salvador, Feira de Santana e Porto Seguro. Dias depois, o decreto foi editado e começou a valer para todo o estado.

Ao CORREIO, a assessoria da Secretaria de Educação do Estado informou que o governo só pensará em prorrogar a medida ao final da vigência do decreto.

*COM SUPERVISÃO DA SUBEDITORA CLARISSA PACHECO

OUTRAS MEDIDAS

● **Ônibus** Redução de até 30% da frota de ônibus. Validade inicial: sábado (4/4)

● **Telemarketing** Determinação de que 30% do total de trabalhadores em empresas de call center e telemarketing atuem em sistema home office. Além disso, idosos, gestantes e pessoas que utilizam medicamentos imunossupressores devem ser dispensados da ida ao trabalho nessas empresas. Validade inicial: 6/4

● **Bares** Suspensão das atividades de casas de show e espetáculos, boates, dançeterias, salões de dança, casas de festas e eventos, clínicas de estéticas e salões de beleza. Bares, restaurantes, lanchonetes e lojas de conveniência situadas em postos de combustíveis só podem funcionar de forma restrita, com delivery ou apenas para a retirada de produtos. Validade inicial: 8/4

● **Som** Proibição de qualquer atividade sonora na cidade em logradouros públicos e estabelecimentos particulares. Validade inicial: 8/4

● **Mercados** Fechamento de mercados administrados pela prefeitura que não comercializam produtos de primeira necessidade. A medida envolve os mercados municipais de Itapua, Cajazeiras, Bonfim, Liberdade e das Flores (Largo Dois de Julho). Validade inicial: 8/4

● **Igrejas** Limitação de 50 pessoas em templos religiosos, mantendo a distância de dois metros entre elas. Validade inicial: 8/4

● **Zona Azul** Suspensão da cobrança de Zona Azul. Validade inicial: 9/4

Mensalidade deve ser paga, diz Procon

Mesmo com as aulas suspensas como medida para conter o novo coronavírus, as mensalidades das escolas particulares, faculdades e cursos devem ser pagas normalmente. Esta é a orientação do Procon da Bahia. “Nós estimulamos que o contrato seja mantido em sua natureza, tanto na parte do aprendizado, quanto na parte da preservação das mensalidades”, afirmou o superintendente do órgão, Filipe Vieira.

Segundo ele, mesmo com os serviços de aulas presenciais suspensos, o Procon recomenda a regularidade no pagamento das mensalidades uma vez que não há suspensão no serviço ofertado pela escola, mas, sim, um ajuste de cronograma. Os estabelecimentos poderão realizar a reposição das aulas posteriormente ou ministrá-las de forma virtual.

“Esses contratos de escolas e faculdades são de lido contínuo, ou seja, são quando perduram por um certo tempo. Então, um serviço que porventura não puder ser prestado nesse momento, deve ser prestado em um outro momento, através de reposição de aulas ou, segundo autorização do MEC para o ensino superior para a substituição de aulas presenciais para online”, disse.

Outra dúvida frequente é: com a mudança para aula online, automaticamente não reduziria o valor da mensalidade, por não estar usufruindo do espaço físico da instituição? O superintendente do Procon explica que não, pois há, nesse momento, também, um investimento por parte das escolas e universidades em pla-

taformas digitais para manutenção das aulas, além dos custos com salário de professores e contas da unidade, que continuam sendo cobradas, mesmo fechadas.

COMUNICADO

Em comunicado que será encaminhado aos pais e mães de alunos de aproximadamente 40 escolas de Salvador, o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado da Bahia (Sinepe-BA) diz que o decreto municipal (que suspende as aulas por mais 15 dias) não significa que as escolas estejam nem ficarão sem atividades.

“Ao contrário, para a manutenção de um ensino de qualidade que nos fez merecer a escolha de milhares de pais, professores e o corpo funcional, é preciso que estes tenham seus salários mantidos e estejam a postos para executar todo o planejamento para que as aulas sejam retomadas assim que houver autorização das autoridades”, diz a nota.

“Uma entidade lembra ainda que a depender das características de cada instituição, muitas escolas estão oferecendo esquemas alternativos não presenciais de geração de conteúdos disciplinares para seus alunos, que vão do ensino à distância até a recomendação de formatos e módulos para que os alunos prossigam estudando de suas casas.

“As escolas particulares estão perfeitamente afinadas com as diretrizes definidas pelo Procon-BA a respeito da necessidade de que as mensalidades dos alunos sejam pagas em sua integralidade dentro das datas acordadas nos contratos”, diz o comunicado.

Instituições migram para ensino a distância

O diretor presidente da Associação Baiana de Mantenedoras do Ensino Superior (Abames), Carlos Joel, concorda com a decisão da Prefeitura de Salvador em suspender, por mais 15 dias, as aulas na rede municipal e particular, incluindo as faculdades privadas. Segundo ele, a entidade era a favor da suspensão das aulas desde o início da chegada da pandemia em Salvador. Diz ainda que as mensalidades devem ser pagas normalmente.

“Achamos que, enquanto durar essa situação de indefinição, dos riscos que a sociedade pode correr, devem continuar suspensas as atividades nas instituições, pois é um local propício para aglomerações. Concordamos com o decreto inicial e com a prorrogação. Muitas escolas estão ofertando as aulas re-

motamente, isso gera custos”, diz.

Carlos disse que entende as reclamações por parte de alunos e pedidos de descontos ou redução de mensalidades, mas garantiu que as entidades estão se esforçando para ofertar o mesmo serviço de antes aos alunos.

SERVIÇOS

“Nesse momento, não há necessidade de redução de mensalidades, nem de ofertas de descontos, até porque muitas instituições estão ofertando os serviços por plataformas na internet. Toda a parte teórica está sendo ofertada online, com monitoria de professores. Todas as instituições de ensino estão atuando conforme sua sobrevivência, as despesas não pararam, pelo contrário, elas continuam, são os mesmos custos”, pontuou.

● **Nesse momento, não há necessidade de redução de mensalidades, nem de descontos, até porque muitas instituições estão ofertando os serviços por plataformas na internet**

Carlos Joel
Diretor presidente da Abames